

Ata dois

**Reunião do Conselho Geral
da Universidade de Lisboa**

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, pelas dezassete horas, decorreu uma reunião do Conselho Geral da Universidade de Lisboa (CG), na Sala do Senado, sita na Reitoria.

A reunião foi presidida pelo Engenheiro Carlos Pina e estiveram presentes os membros que constam da lista em anexo à presente ata. Estiveram ainda via Zoom, as Conselheiras Carlota Gonçalves e Ana Ricardo. Em conformidade com o disposto no nº 2 do artigo 21º dos Estatutos da Universidade de Lisboa (ULisboa), o Reitor, Professor Doutor Luís Manuel dos Anjos Ferreira, esteve também presente.

O Presidente do CG designou a Conselheira Carlota Gonçalves para o coadjuvar na preparação da ata da presente reunião, nos termos do nº 2 do artigo 10º do Regimento do CG.

Verificada a existência de quórum, deu-se início à reunião, em conformidade com a ordem de trabalhos (OT) constante da convocatória enviada a todos os membros do CG e a documentação remetida pelo Presidente:

1. Informações Gerais;
2. Aprovação da ata da reunião anterior;
3. Informações sobre a atividade na ULisboa;
4. Alienação do património imobiliário;
5. 10 anos de Fusão: a Universidade e a Liberdade;
6. Eleição de membro do CG para o Conselho Consultivo da Faculdade de Direito;
7. Comissões do CG - substituição dos Conselheiros João Azevedo e Miguel Teixeira de Sousa e ponto da situação;
8. Associação Académica da Universidade de Lisboa;
9. Divulgação das Atas do CG.

Ponto um – Informações Gerais:

Dando início aos trabalhos, o Presidente do CG deu as boas-vindas a todos os Conselheiros presentes, em especial à nova Conselheira, Margarida Espanha, que substitui o Conselheiro João Azevedo, por motivos de jubilação. Disse ainda que lhe foi dirigido um pedido de cessação de mandato formulado pelo Conselheiro Miguel Teixeira de Sousa, cuja substituição se efetivará na próxima reunião.

O Presidente do CG justificou brevemente a Ordem de Trabalhos, sobretudo o ponto 5, resultante do pedido do Conselheiro Hélder Semedo.

Prevendo-se que o Reitor venha a apresentar brevemente a proposta relativa aos valores das propinas a serem aplicadas para o próximo ano letivo, fica pré-agendada a próxima reunião para o dia vinte e dois de maio.

O Presidente do CG deu ainda nota de que está em curso o processo eleitoral para a eleição dos membros para o corpo de estudantes no Conselho Geral e no Senado, uma vez que nos casos destes membros os mandatos são de dois anos.

Ponto dois - Aprovação da ata da reunião anterior

Depois de referir que tinham sido introduzidos no texto todos os contributos recebidos, bem como anexadas as declarações de voto que foram apresentadas por dois dos Conselheiros, o Presidente do CG procedeu à votação tendo a ata de vinte e sete de abril sido aprovada por unanimidade, com os votos dos membros presentes na citada reunião.

Ponto três – Informações sobre a atividade na ULisboa

O Presidente do CG deu a palavra à Conselheira Carlota Gonçalves a qual perguntou ao Reitor porque é que a Universidade de Lisboa tinha optado por não abrir vagas em todos os cursos para o contingente prioritário de beneficiários da ação social escolar ao contrário de quase todas as universidades e politécnicos do país (as exceções foram também a Universidade Nova de Lisboa e o Instituto Politécnico de Viana do Castelo).

O Presidente do CG deu a palavra ao Conselheiro Carlos Gouveia, que esclareceu que a informação dada pelo Reitor, na última reunião, de que o Conselho de Escola da Faculdade de Letras tinha acordado uma ação de apoio ao seu Diretor e à sua decisão de chamar a polícia, é falsa. De facto, o assunto foi abordado numa reunião do Conselho de Escola, a 21 de novembro de 2022, com afirmação da necessidade de ouvir explicações do Diretor sobre o assunto na reunião seguinte do órgão. Na reunião seguinte, a 19 de dezembro, o Diretor esteve de facto presente, mas apenas para falar sobre o orçamento, sem qualquer referência ao evento da intervenção da polícia.

Seguidamente interveio o Reitor, dando algumas informações sobre a atividade da Universidade, nomeadamente: i) a realização, em maio, de dois workshops, um da REDEsaúde e outra da RedeMov; ii) o seminário sobre Inteligência Artificial, com especial atenção à plataforma ChatGPT, a ocorrer no dia 2 de maio; iii) o lançamento de uma iniciativa de divulgação de ciência para estudantes de doutoramento, que inclui a publicação de artigos no Jornal Público, um curso de Formação em Divulgação de Ciência e um concurso intitulado: “três minutos de tese”, que conta com 160 inscritos; iv) o resultado do concurso ao PRR Eficiência Energética, com um financiamento garantido de 7,4 milhões de euros e a possibilidade de o duplicar depois de esclarecidas as dúvidas levantadas pela entidade financiadora; v) o ponto de situação relativamente à negociação com a CML da Residência da Av. Manuel da Maia, situada junto ao IST, vi) A residência n.º 1 da Praça Central deverá entrar em funcionamento logo no início do próximo ano letivo, com 300 camas; vii) Residência da Ajuda, ponto de situação - propostas da 2ª fase da construção; viii) na Residência da Av. das Forças Armadas e após o abandono da obra por parte do empreiteiro, está a ser lançado um novo concurso para a finalizar; ix) envio para a CML do Projeto de execução da vivenda de Letras para a construção de uma residência; x) ponto de situação das obras apoiadas pelo PORLisboa 2020 (edifício da FF, Centro de Transferência do Conhecimento e Tecnologia e edifício Reynaldo dos Santos) - prevê-se que estes dois últimos estarão terminados em julho e o novo edifício da Faculdade de Farmácia em setembro);

xi) do ponto de vista cultural, há várias iniciativas, dentro e fora da ULisboa, acompanhando a comemoração dos dez anos da ULisboa – Festival de Teatro Universitário - FATAL (4 de maio a 4 de junho), com espetáculos a serem exibidos em várias partes da cidade, vários workshops, cursos de formação na área do teatro, etc.; xii) construção de uma obra escultórica comemorativa dos 10 anos (pedido feito à FBA e FA) e realização próxima de três Concertos - Mão na música - Requiem Mozart, e a Orquestra Infanto-Juvenil.

Quanto à avaliação institucional da ULisboa, no âmbito da A3ES, está a ser ultimado um plano estratégico próprio, atendendo aos planos de cada Escola com vista a encontrar-se um denominador comum que tem vindo a ser discutido no CCU e que será objeto de apreciação pelo plenário do Senado, antes de vir ao Conselho Geral para discussão e aprovação.

Respondendo à Conselheira Carlota Gonçalves, disse que a ULisboa está entre as universidades que aceitam beneficiários da ação social. Em função da experiência deste ano, será feita uma avaliação para efeitos dos anos seguintes. Quanto à informação prestada pelo Conselheiro Carlos Gouveia, esclareceu que disse ter sido informado que a maioria dos membros do Conselho de Escola da Faculdade de Letras que se tinha pronunciado, o tinha feito no sentido de apoiar a decisão do Diretor de Letras, esclarecendo que não referiu qualquer decisão desse órgão.

Interveio a Conselheira Carolina Santos inquirindo sobre as residências e a renegociação dos respetivos contratos de arrendamento, designadamente, sobre quantas residências estão em risco de fechar e em quanto tempo, e quantas camas estão em risco de deixar de existir.

O Reitor disse que o contrato da residência Egas Moniz tinha sido renegociado o que nos permitiria permanecer por mais algum tempo (3 anos), até termos as novas Residências operacionais, mas que seria difícil poder mantê-la por mais tempo devido ao preço pedido pelo senhorio para as rendas futuras. O mesmo tipo de negociação não foi possível com os senhorios das Residências do Lumiar e Monte Olivetti, o que fez com que as tivéssemos que devolver, de acordo com a Lei que aprova o NRAU.

O Conselheiro Hélder Semedo esclareceu que o problema da residência António Aleixo não tem a ver com problemas de contrato com o senhorio, mas sim com as condições de habitabilidade. É uma residência muito pequena, só tem 32 camas e é uma das mais antigas.

O Conselheiro Manuel Mira Godinho interveio para colocar uma questão sobre a fusão do IMM com o IGC. O Reitor, entre outras informações sobre o assunto, referiu que a Fundação Calouste Gulbenkian está disposta a investir 38 milhões de euros na construção do edifício que alojará esta nova unidade.

Sendo-lhe dada a palavra, a Conselheira Cristina Branquinho disse que gostaria que o Reitor desse informação, numa próxima reunião, sobre a estratégia definida para os Museus, tendo em conta o seu enorme património.

O Conselheiro Carlos Gouveia disse ter tido conhecimento através de um docente da FBA de que foi feita uma exposição ao Presidente do CG acerca do processo eleitoral na FBA e sobre a não homologação dos resultados do mesmo por parte do Reitor, solicitando esclarecimentos porque o CG não foi disso informado.

317


Respondendo, o Presidente do CG disse ter consigo o e-mail que recebeu do Professor João Silva e que iria dar conhecimento do mesmo a todos os Conselheiros.

O Conselheiro Carlos Gouveia esclareceu que se pretendia uma intervenção muito clara, pois não houve qualquer ilegalidade no processo eleitoral, e que era necessário responder à interpelação do Professor João Silva.

Pediu a palavra o Reitor que informou que uma das suas responsabilidades era o normal funcionamento das Unidades Orgânicas e dos seus Órgãos e que a lista para o Conselho Científico, para além de algumas incorreções formais, não tinha na sua constituição professores catedráticos, o que inviabilizava grande parte do funcionamento do Conselho. Os restantes atos eleitorais, nomeadamente para os Conselhos de Escola e Conselho Pedagógico, cumpriam as normas e já todos os membros tomaram posse. Repetido o processo eleitoral para o Conselho Científico, verificou-se, mais uma vez, que uma das Listas não estava regularmente constituída (por ter uma pessoa repetida, ora como investigadora ora como docente) e foi pedido aos mandatários das listas e ao presidente da FBA para regularizarem o processo, repetindo a eleição.


O Conselheiro Carlos Mota Soares perguntou se o Presidente do CG tinha recebido um convite do Presidente do CG da Universidade de Évora alargado a todos os membros dos Conselhos Gerais, para a participação numa sessão sobre a avaliação e a revisão do RJES e se iria haver alguma delegação da ULisboa nesse evento. O Presidente do CG disse que iria divulgar o convite pelos membros para saber quem estaria interessado em participar.

O Conselheiro Carlos Mota Soares informou que o tribunal arquivou a providência cautelar instaurada pelo Conselheiro Hélder Semedo contra a sua presença neste CG. De seguida, o Conselheiro Hélder de Sousa Semedo esclareceu que nunca interpôs providência cautelar junto de qualquer tribunal, mas pediu a apreciação da legalidade de uma deliberação do Conselho Geral junto da Procuradoria-Geral da República, tendo a PGR decidido pelo arquivamento.

Ponto quatro – Alienação do património imobiliário

O Presidente do CG informou que o Reitor lhe propôs a possibilidade de alienação de dois imóveis, tendo sido preparadas deliberações nesse sentido as quais foram enviadas a todos os conselheiros, passando, de seguida, a palavra ao Reitor para melhor esclarecimento.

Durante a sua intervenção, o Reitor explicou que um dos imóveis é uma residência muito pequena, já mencionada neste conselho, que tem trazido muitos problemas do ponto de vista logístico e de gestão, mas que tudo se fez para a manter. Disse ainda que existe outra residência para onde serão deslocados os residentes, e que a perda da dita residência terá um impacto negativo mínimo para os estudantes. O outro edifício situa-se no Campo Mártires da Pátria e o preço da sua reabilitação é muito elevado pelo que não seria possível fazer qualquer intervenção nos próximos 10 a 15 anos. Concluiu referindo que os valores obtidos com estas alienações serão utilizados na construção de novas residências dado que o PRR não paga a totalidade do seu custo.



Terminados os esclarecimentos, o Presidente do CG passou à votação global das propostas das alienações referentes aos supracitados imóveis, tendo sido as mesmas aprovadas, por maioria, com uma abstenção da Conselheira Carolina Santos, que justificou o seu sentido de voto por entender não ser correto a ULisboa estar a alienar património para conseguir construir residências, na medida em que o orçamento para as mesmas deveria vir do Estado.

Ponto cinco – 10 anos de Fusão: a Universidade e a Liberdade

Tendo em conta o previsto estatutariamente, o Presidente do CG, passou a palavra ao Conselheiro Hélder Semedo, dando-lhe dez minutos para expor o tema proposto.

O Conselheiro Hélder Semedo, depois dos devidos agradecimentos, passou a ler o texto que se encontra em anexo.

Terminada a leitura, o Presidente do CG agradeceu a intervenção do Conselheiro Hélder Semedo e passou ao ponto seguinte.

Ponto seis – eleição de membro do CG para o Conselho Consultivo da Faculdade de Direito

O Presidente do CG lembrou que a Faculdade de Direito pediu ao CG a indicação de um membro para participar no seu Conselho Consultivo, tendo sido feita uma proposta com o nome do Conselheiro Jorge Maia Alves.

Não tendo sido apresentada mais nenhuma proposta, passou-se ao ponto seguinte, enquanto se preparavam os boletins de voto para a realização da votação em urna.

Ponto sete – Comissões do CG - substituição dos Conselheiros João Azevedo e Miguel Teixeira de Sousa e ponto da situação

Quanto a este ponto, o Presidente do CG informou que duas das comissões estavam a trabalhar em pleno e que ter-se-ia de proceder à substituição dos Conselheiros Miguel Teixeira de Sousa e João Azevedo nas comissões, respetivamente, comissão para a revisão estatutária e regulamentar da ULisboa (Presidente) e comissão de Sustentabilidade, Saúde e Bem-Estar, deixando a decisão sobre estas substituições para a próxima reunião. Por outro lado, referiu que a Conselheira Camila Botão também apresentou o seu pedido de cessação de mandato e terá de ser substituída na comissão de autoavaliação da ULisboa. No caso dos estudantes, disse que seriam indicados os nomes quando tomarem posse os novos representantes dos estudantes que irão integrar este Conselho.

Passou a palavra aos presidentes das respetivas comissões para darem nota do ponto da situação sobre o trabalho das mesmas.

Em primeiro lugar, interveio o Presidente da comissão de Autoavaliação, Conselheiro Manuel Mira Godinho, dando nota de que o primeiro tema que foi escolhido para trabalhar foi o tema do ensino, em termos de dados globais, tendo sido desenhado um pequeno questionário, enviado às Escolas há vários meses, o qual pretende avaliar a eficácia formativa das mesmas.

Até ao momento, disse, a comissão recebeu respostas de 15 das 18 Escolas da ULisboa.

Foram feitas várias intervenções, nomeadamente, dos Conselheiros Paulo Martins, Carolina Santos, Paulo Granjo e Carlos Mota Soares.

No final das intervenções, o Presidente do CG esclareceu que os resultados do trabalho das comissões serão sempre apresentados a este Conselho, que decidirá o que deve fazer com os mesmos.

A seguir, interveio a Presidente da comissão de Sustentabilidade, Saúde e Bem-Estar, Conselheira Luísa Schmidt, que disse ter sido pedido um levantamento junto das Escolas sobre o que está a ser feito neste âmbito, a dois níveis: ao nível das direções, tendo já obtido as respostas de todas as Escolas, e ao nível das associações de estudantes. Esta foi a primeira ação; numa 2ª ação, foram convocados os representantes das várias associações de estudantes e ainda 2 investigadores do IMM para uma reunião. Nessa reunião percebeu-se que as principais preocupações dos estudantes residiam, na alimentação, a mais significativa, no uso de menos plástico e na mobilidade sustentável. Anunciou que o próximo passo, será analisar e perceber as pontes entre as Escolas e os estudantes de forma a trabalharem em conjunto, além de propor eventuais Protocolos a estabelecer com entidades externas. Disse ainda que a comissão recebeu apoio crucial dado pela RUL, através da Dr.ª Márcia Vila.

Intervieram os Conselheiros Rúben Felizardo, Carlota Gonçalves, Margarida Espanha, Carolina Santos e Jorge Maia Alves.

Neste domínio, o Reitor informou que foram feitos alguns esforços na área da saúde mental, junto das direções das Escolas, com a participação de todos os gabinetes de psicologia das Escolas e com o apoio da pró-reitora, Prof.ª Maria José Chambel. Anunciou que houve uma reunião com Ministro da Saúde para partilhar esta preocupação e, em conjunto com o HSM, analisou a criação de uma via verde para as situações mais problemáticas, a nível hospitalar. Está concluído o trabalho sobre a saúde mental do pessoal técnico-administrativo, estando, para breve, a apresentação dos seus resultados.

Quanto à comissão da Revisão Estatutária da ULisboa, o Presidente do CG informou que não tinha ainda iniciado os seus trabalhos e recordou que o presidente da comissão, Conselheiro Miguel Teixeira de Sousa, teria que ser substituído por ter pedido a cessação do mandato no Conselho Geral.

A terminar este ponto da OT, o Presidente do CG fez um agradecimento especial aos conselheiros que integram as comissões cujos Presidentes tomaram a palavra, no tocante ao empenho demonstrado no trabalho desenvolvido e apresentado nesta reunião.

Voltando ao ponto anterior, à fase da votação secreta, o Presidente do CG informou que os membros presentes via zoom lhe tinham transmitido que gostariam de exercer o seu direito de voto através da secretária do CG, Mónica Nunes, o que foi aceite por todos os presentes. Seguidamente o Presidente do CG recolheu os votos em urna, tendo o resultado sido o seguinte: 18 votos a favor; 4 abstenções e 1 voto contra.

O Presidente do CG irá responder ao pedido da Faculdade de Direito indicando o Conselheiro Jorge Maia Alves como representante do CG no Conselho Consultivo desta Faculdade.

Ponto oito – Associação Académica da Universidade de Lisboa (AAUL)

Este ponto foi incluído a pedido do conselheiro Ruben Felizardo, a quem o Presidente do CG passou a palavra. O Conselheiro começou por dizer que queria elencar um conjunto de reivindicações que foram feitas pelos estudantes da AAUL, cuja resolução considera caber nas competências deste CG. Uma delas respeita ao incumprimento de um protocolo assinado em 2010, e aditado em 2017, entre a Universidade de Lisboa e a Câmara Municipal de Lisboa cujos anexos foram dados a conhecer a todos há 5 meses, aquando do requerimento inicial. É requerida a recomendação da cessação imediata da cobrança dos espaços da universidade às AE's ; no caso do Centro Académico do Caleidoscópio (CAC), a extensão da sua utilização, ponderada caso a caso no âmbito do protocolo, a outras organizações/associações juvenis de estudantes e por último a disponibilização por parte da Universidade da utilização total dos gabinetes do CAC à AAUL. Entrevieram os Conselheiros Paulo Granjo, Hélder Semedo, Carolina Santos, Jorge Maia Alves, Alexandre Miguel e Bruno Alves.

Face aos esclarecimentos prestados pelo Conselheiro Hélder Semedo e pelo Reitor, o Conselheiro Rúben Felizardo retirou o seu requerimento, não deixando, no entanto, de solicitar esclarecimentos futuros relativamente a este assunto.

Ponto nove – Divulgação das atas do CG

O Presidente do CG lembra que foi levantada a questão por causa da proteção dos dados. Na próxima reunião voltará a colocar este assunto para discussão.

O Presidente do CG concluiu a reunião, renovando os agradecimentos aos Conselheiros pelas suas intervenções, bem como ao Reitor.

Os documentos acima mencionados ficam arquivados em anexo à presente ata.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião, às vinte horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, cujo projeto, nos termos do n.º 3 do artigo 10º do Regimento do Conselho Geral em vigor, será divulgado por todos, via correio eletrónico, para que se pronunciem sobre o teor da mesma com vista à sua aprovação na próxima reunião.

O Presidente,



Eng.º Carlos Alberto Brito Pina

A Conselheira,




Professora Carlota Gonçalves


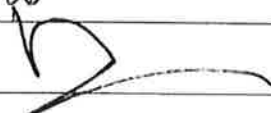
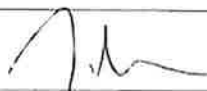
CONSELHO GERAL

Lista de Presenças

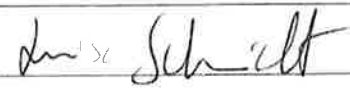

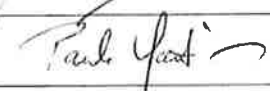
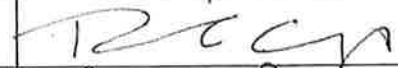
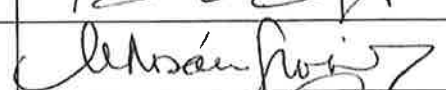
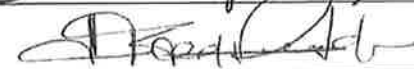
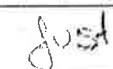
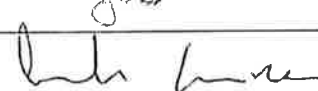
27 abril 2023



Presidente	Assinatura
Prof. Doutor Carlos Alberto Brito Pina	

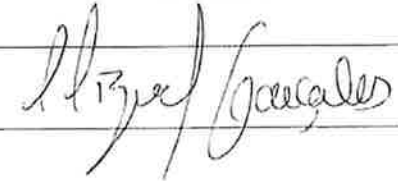
Membros Cooptados	Assinatura
Doutora Ana Margarida da Costa Ricardo	ZOOM
Prof. Doutor Carlos Alberto Mota Soares	Carlos Alberto Mota Soares
Profª. Doutora Cristina Branca Bento de Matos Soeiro	justificou
Engª. Cristina Neves Fonseca	
Doutor Frederico José da Silva da Gama Carvalho	Frederico Gama Carvalho
Dr. José João Guilherme	justificou
Arq. Maria Teresa Mourão de Almeida	
Dra. Sandra Amaral Monteiro	justificou

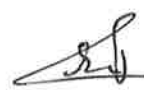
Docentes e investigadores	Assinatura
Profª. Doutora Cristina Maria Branquinho	
Prof. Doutor Eduardo Augusto Alves Vera-Cruz Pinto	justificou
Prof. Doutor Manuel Fernando Mira Godinho	
Doutora Ana Isabel Faria Ribeiro	Isabel
Prof. Doutor Rui António Rocha Tato Marinho	
Prof. Doutor Miguel Fernando Pessanha Teixeira de Sousa	
Profª Doutora Maria Carlota da Rocha Xavier Rebelo Gonçalves	ZOOM
Prof. Doutor Jorge Augusto Mendes de Maia Alves	



Doutora Luísa de Carvalho de Albuquerque Schmidt	
Profª Doutora Isabel Maria Nunes de Sousa	
Profª Doutora Ana Bela Ferreira Cruzeiro	
Prof. Doutor Paulo António Firme Martins	
Doutor Paulo Jorge Granjo Simões	
Profª. Doutora Maria do Rosário Lourenço Grossinho	
Prof. Doutor Luis Pires Lopes	
Profª. Doutora Filipa Viegas Serpa dos Santos	
Profª. Doutor Carlos Alberto Marques Gouveia	
Profª Doutora Maria Margarida Espanha Marques Rebelo Espanha	MESPRELAP.

Estudantes	Assinatura
Hélder de Sousa Alves Semedo	
Carolina Alves Lopes dos Santos	Carolina Santos
Gonçalo Miguel Mestre Mamede	
João Francisco Silvestre Martins	
Rúben Daniel Alexandre da Silva Felizardo	Ruben felizardo
Bruno Miguel da Silva Casquilho Alves	Bruno Alves

Funcionários não docentes	Assinatura
Alexandre Miguel Vaz Gonçalves	





Sessão Plenária do Conselho Geral da Universidade de Lisboa

Intervenção do Conselheiro Hélder de Sousa Semedo

Tema: 10 anos de Fusão: A Universidade e a Liberdade

27 de abril de 2023

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be the name of the speaker, Hélder de Sousa Semedo.

Magnífico Reitor,
Sr. Presidente do Conselho Geral,
Senhoras e Senhores Conselheiros
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A Universidade de Lisboa celebra este ano, o seu décimo aniversário de união de duas comunidades académicas que decidiram juntar-se numa só para ligadas dedicarem o serviço dos corpos que a constituem, da comunidade que serve e do país que, de forma fiel e empenhada, procura honrar.

Estudantes, professores e funcionários renovam o seu compromisso com a causa académica aos olhos da sociedade que representam. Esta é a identidade da Academia: a destruição dos muros da resignação e o compromisso com a cidade como nosso princípio e fim. Esta é a missão da Academia: a construção, pelo conhecimento, do berço das mudanças certas que o nosso futuro coletivo exige.

Reunimo-nos, pois, para prosseguir três objetivos fundamentais: o da contemplação de uma história que nos orgulha, o da reflexão sobre os desafios que enfrentamos e o da perspectiva dos desígnios de um futuro que nos cabe edificar.

A nós, privilegiados membros da maior universidade do país, cumpre estar à altura do legado das gerações que nos antecederam, ao tempo que devemos procurar, sempre, *ser mais pais do nosso futuro que filhos do nosso passado.*



A história da Universidade em Lisboa e das Universidades de Lisboa é fardo pesado para aqueles que, circunstancialmente, têm a responsabilidade de a prosseguir. Ao longo de séculos fomos deslocados, perseguidos, desconsiderados, mas prevalecemos. No século passado assistimos a guerras, revoluções e mudanças radicais, mas prevalecemos. Nos últimos anos protagonizámos a maior reforma do ensino superior português contra interesses instalados e lógicas mesquinhas de poder local, mas prevalecemos. Hoje combatemos a guilhotina do subfinanciamento público e o espartilho da burocracia bacoca, mas como sempre, **PREVALECEREMOS.**

Traços comuns a todos os momentos de triunfo da Universidade e do seu ESPÍRITO FORAM A INTERVENÇÃO DOS ESTUDANTES, A SOLIDARIEDADE DOS PROFESSORES E O EMPENHO DOS FUNCIONÁRIOS. É justa a palavra de homenagem aos nossos antigos alunos, aos professores aposentados e jubilados e aos funcionários reformados: são eles os depositários deste legado que hoje exaltamos.

Em boa hora foi entregue o Prémio Universidade de Lisboa ao António Guterres, expressão viva desta história evocada e exemplo das virtudes de carácter que nos identificam: o livre pensamento, a extrema dedicação à liberdade e o respeito e devoção aquilo que nos une como portugueses.

Nos últimos dez anos, os primeiros de vida da refundada Universidade de Lisboa, enfrentámos o conservadorismo dos que temem perder tronos caídos e as limitações de um sistema de ensino superior sem projeto e sem visão, aprisionado há quase uma década num discurso economicista, pretensamente



responsável no uso de recursos financeiros, mas verdadeiramente irresponsável na destruição de um recurso estratégico: a educação superior e a ciência. Ainda assim, a novíssima Universidade de Lisboa cumpriu-se: as dezoito escolas reformaram-se e têm, hoje, novas pontes de diálogo; constituíram-se os colégios; reformaram-se os serviços centrais e de ação social e lançaram-se programas de construção de residências estudantis; incentivámos atividades extracurriculares e a produção de cultura; surgimos nos mais conceituados rankings e internacionalizámo-nos; estamos, em boa verdade, a construir as fundações de um empreendimento com a mesma identidade, mas com espírito renovado.

MI Reitor,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Hoje, como ontem, multiplicam-se os desafios para uma Universidade que reúne, nos seus milhares de estudantes, professores e funcionários, uma das mais importantes comunidades de pensamento académico, debate político e produção científica do país.

Volvida uma década da refundação da Universidade de Lisboa o desafio é o de aprofundar e potenciar as infraestruturas e os espaços de oportunidade que criámos: o Conselho Geral e o Senado, como órgãos de representação de toda a comunidade, devem ter um papel mais interventivo; a interdisciplinaridade deve ser vetor prioritário de crescimento, com a aposta na formação em



Estudos Gerais, com uma maior dinâmica de parcerias entre escolas e com a potenciação dos colégios; a dinamização dos espaços das cantinas além da sua função tradicional, como palcos da produção cultural e artística, é uma nova lógica que deve ser explorada;

Afigura-se claro que os principais obstáculos que se nos apresentam estão fora das paredes desta Reitoria, que hoje simboliza toda a Academia. Trabalhamos num sistema de ensino superior bloqueado pelas amarras de um Estado demitido da sua responsabilidade e acomodado num acervo de leis, despachos e regulamentos que mais não servem do que para justificar a deriva de sucessivos governos. O que sobrou em cortes na dotação do Orçamento de Estado e em estudos e comissões para meter na gaveta sobrou em cobardia para reformar um sistema apelidado de conservador, mas que a muitos interessa conservar. Pelo meio, acenam-se questões de pormenor, as praxes ou o que quer que seja, quando no fundo o que se pretende é camuflar os verdadeiros problemas daqueles que estudam, ensinam e trabalham nas universidades.

É URGENTE REVER, de forma profunda, o quadro legal do sistema, designadamente o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior. A autonomia das instituições é amputada por todo um regime legal que espartilha a ação das Universidades e as aprisiona a burocracias morosas e dispendiosas. Precisamos de um novo regime que consagre uma verdadeira autonomia, que aumente o espaço de participação política dos estudantes e



funcionários e que abra as portas a uma verdadeira reforma da rede de instituições que, de uma vez por todas, coloque em causa os poderes locais instalados.

É urgente travar a escalada de desinvestimento público no ensino superior e criar as condições para um compromisso de revisão da lei de financiamento que consagre perspectivas plurianuais e respeite fórmulas adequadas à realidade das instituições.

É urgente adaptar o sistema de ação social à realidade dos estudantes e das suas famílias. Rever o Regulamento de Atribuição de Bolsas não é só uma batalha política do movimento estudantil: é um imperativo de justiça para os colegas que abandonam o ensino superior e para aqueles que nem chegam a ter esperança de partilhar carteira connosco.

MI Reitor,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Os cerca de cinquenta mil estudantes da ULisboa são, pela dimensão da amostra e transversalidade das origens, o espelho de uma geração inteira de jovens portugueses. Uma geração que enfrenta o desafio da formação, com todas as dificuldades que atrás enumerei; uma geração que enfrenta o desafio do emprego, num tempo em que a mais negra marca da incerteza está no fenómeno do desemprego jovem, que a todos deve envergonhar; uma geração que enfrenta o desafio da participação política, quando muitos de nós se



demitem do exercício da sua cidadania, desapontados e descrentes num regime cada vez mais frágil. A falência simultânea destas três dimensões é o maior perigo que o país enfrenta, por representar a mais grave hipoteca do seu futuro.

Recorro ao saudoso Professor Adriano Morcira que escreveu *“a Pátria não se escolhe, acontece. Para além de aprovar ou reprovar cada um dos elementos do inventário secular, a única alternativa é amá-la ou renegá-la. Mas a ninguém pode ser autorizado tentar a sua destruição e a colocar o partido, a ideologia, o serviço de imperialismos estranhos, a ambição pessoal, acima dela”*.

Durante tempo demais estivemos sujeitos a agendas de partidos e ambições pessoais, já que a ideologia, essa, perdeu lugar. Vivemos, hoje, o jugo dos imperialismos estranhos e, acorrentados à dívida, subjugamo-nos a poderes sem rosto que, vampiricamente, nos consomem o futuro. Mas há duas armas de que jamais abdicaremos: a educação e a esperança. São estas as armas que temem os ditadores, da Venezuela a Hong Kong. São estas as armas com que retribuiremos ao país o berço que, nas palavras do nosso Professor Adriano Morcira é uma das formas de total amor que a Pátria tem para nos receber.

MI Reitor,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,



Terminarei a minha missão neste Conselho Geral com a profunda convicção de que eu, jovem e orgulhoso estudante da Universidade de Lisboa, serei e seremos a lamparina de esperança que o país precisa, *os vigias que anunciam a luz da alvorada, depois de uma noite mais escura.*

Hoje, a ULisboa cumpre-se ao serviço dos seus estudantes, professores e funcionários.

Hoje e amanhã espero que a ULisboa se cumpra ao serviço de todos nós, que é o serviço a Portugal.

Disse.



Deliberação do Conselho Geral

Considerando que, nos termos do disposto na alínea h), do n.º 2 do artigo 82º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, compete ao Conselho Geral, sob proposta do Reitor, propor ou autorizar, conforme disposto na lei, a aquisição ou alienação do património imobiliário da instituição;

Considerando que a Universidade dispõe de um imóvel, na Rua do Instituto Bacteriológico, nº7, em Lisboa, que era parte do antigo Instituto Bacteriológico Câmara Pestana, que se encontra devoluto desde 1998 e a necessitar de obras de grande vulto.

Considerando a distância do edifício a qualquer uma das Unidades Orgânicas da Universidade o que inviabiliza a sua utilização enquanto prolongamento das mesmas e, ainda, as enormes necessidades em obras de requalificação, com elevado impacto financeiro;

Considerando que para o referido edifício a Universidade ainda não destinou uma utilização compatível com as suas atribuições e competências,


Considerando que a Universidade se encontra a realizar um conjunto de investimentos na construção e reabilitação de edifícios destinados a atividades de ensino, investigação e desenvolvimento e na construção de residências para estudantes, para os quais necessita de receitas próprias que complementem o reforço financeiro a receber do plano nacional para o alojamento no ensino superior (PNAES) através do plano de recuperação e resiliência (PRR);

Considerando, ainda, que o produto da sua alienação poderá ser alocado na construção e reabilitação de edifícios destinados a atividades de ensino, investigação e desenvolvimento ou de alojamento de estudantes, criando condições para um melhor cumprimento da missão da universidade;

O Conselho Geral da Universidade de Lisboa delibera autorizar a Universidade a proceder à alienação dos imóveis referidos em anexo, concedendo ao Reitor os poderes necessários para o efeito, designadamente no que concerne à negociação do respetivo preço e condições de venda.

Lisboa, 27 de abril de 2023

O Presidente do Conselho Geral


(Eng. Carlos Pina)

Deliberação do Conselho Geral

Nos termos do disposto na alínea h), do n.º 2 do artigo 82º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, compete ao Conselho Geral, sob proposta do Reitor, propor ou autorizar, conforme disposto na lei, a aquisição ou alienação do património imobiliário da Instituição.

Considerando que:

Os Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa dispõem de um imóvel, fração autónoma “D”, sita na Rua Artilharia Um, n.º 103 – 3º, 1070-012 Lisboa, composta por 4 divisões assoalhadas, cozinha, casa de banho, despensa, vestíbulo e corredor, com uma área bruta privativa de 117m².

A distância do edifício a qualquer uma das Unidades Orgânicas da Universidade, a reduzida área privativa, o pequeno número de assoalhadas disponíveis e a necessidade da existência de uma sala de estar, apenas permite, em condições ideais, albergar em simultâneo 3 utentes.

A dificuldade para uma utilização economicamente sustentável e equilibrada, tendo em conta os custos de estrutura elevados, envolvendo uma Encarregada, a contratação de serviços externos para higienização e limpeza das instalações, a lavagem das roupas de cama e atoalhados, a manutenção e conservação das instalações e equipamentos, os encargos com o condomínio acrescidos com as despesas extra das áreas comuns de um prédio com cerca de 70 anos de construção, resultam num elevado impacto financeiro negativo face à potencial receita com o número reduzido de utentes em simultâneo.

A Universidade encontra-se a realizar um conjunto de investimentos na construção e reabilitação de edifícios destinados a residências para:

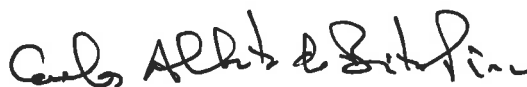
- i) Estudantes bolseiros, em conformidade com o quadro legislativo aplicável;
- ii) Estudantes nacionais ou estrangeiros, incluindo estudantes no âmbito do Programa ERASMUS+, estudantes no âmbito de redes de “universidades europeias” e estudantes estrangeiros ao abrigo de outros acordos de mobilidade internacional com o Estado português, bem como estudantes internacionais que contribuam para a internacionalização efetiva do ensino superior nacional;
- iii) Supletivamente, investigadores, docentes e não docentes de instituições de ensino superior, designadamente em mobilidade nacional ou internacional, incluindo no âmbito do Programa ERASMUS+, de redes de “universidades europeias” e ao abrigo de outros acordos de mobilidade internacional com o Estado português.

Tendo em conta que o produto da sua alienação poderá ser alocado na construção e reabilitação de edifícios destinados a residências, criando condições para um melhor cumprimento da missão da Universidade.

O Conselho Geral da Universidade de Lisboa delibera autorizar a Universidade a proceder à alienação da fração referida, concedendo ao Reitor os poderes necessários para o efeito, designadamente no que concerne à negociação do respetivo preço e condições de venda.

Lisboa, 27 de abril de 2023

O Presidente do Conselho Geral



(Eng. Carlos Pina)